RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sexta-Feira, 27 de Novembro de 2026

Estados Unidos implementa tarifa de 25% sobre exportações brasileiras; confira produtos afetados

Washington oficializa cobrança adicional após investigação comercial; café, petróleo e carne ficam de fora

O governo dos Estados Unidos confirmou nesta quarta-feira (15/7) a implementação de uma alíquota adicional de 25% incidente sobre parcela significativa das importações originárias do Brasil. A determinação, divulgada pelo Escritório do Representante de Comércio Americano (USTR), terá vigência a partir de 22 de julho como resultado de investigação comercial iniciada há aproximadamente um ano. Embora a nova tributação afete diversos segmentos, importantes categorias de produtos permaneceram excludas da relação final.

As autoridades americanas justificaram a adoção dessa medida alegando que o Brasil mantém mecanismos que dificultam o fluxo comercial bilateral, conforme sua avaliação. Os principais motivos apontados incluem a operacionalização do sistema PIX, as barreiras ao acesso de etanol norte-americano no mercado doméstico brasileiro, questões vinculadas ao desmate clandestino e deficiências no enfrentamento à reprodução ilegal de obras intelectuais.



Porém, diversos produtos fundamentais para a economia brasileira foram poupados dessa nova cobrança. Destacam-se petróleo cru, grãos de café, carnes bovinas, equipamentos aeronáuticos e polpa celulósica, itens considerados cruciais para os interesses econômicos estadounidenses, seja pela dependência de suas importações, seja pelos potenciais reflexos que uma incidência tributária poderia gerar nos valores praticados domesticamente.



A decisão resultou da conclusão de investigação conduzida pelo USTR, que envolveu negociações diretas entre as administrações Lula e Trump, além de processos de consulta pública com agentes representativos de variados setores produtivos. Conforme comunicado pelo órgão comercial americano, as tratativas não culminaram em consenso capaz de modificar as práticas objeto de controvérsia. Pela perspectiva brasileira, autoridades governamentais sublinham que as incompatibilidades centrais gravitaram em torno do funcionamento do PIX, do regime comercial do etanol e de uma proposta que previa alívio temporário em encargos fiscais e penalidades dirigidas a empresas atuantes no segmento digital.

